



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 150

137ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Proposta de Emenda Constitucional 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 07

Dep. Professor Luizão 08

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 08

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Ribas Carli 12

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 15

Discussão/Votação

2ª Discussão 15

1ª Discussão 16

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 23

Publicações:

Presidência

Ato 24

DIÁRIO Nº 150

137ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Plauto Miró e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi,

Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Osmar Bertoldi e Valdir Rossoni (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Elton Welter, Francisco Bühner e Marcelo Rangel (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Curitiba, em 20 de novembro de 2007.

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente:

Em razão de viagem à Brasília para se fazer presente em audiências nos Ministérios da Educação e da Justiça e na FUNASA e reuniões com Deputados Federais de nosso estado, comunicados que o Líder do PT, Deputado Elton Welter estará ausente das sessões plenárias desta Casa, nesta semana.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do artigo 34 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34...

...

XI - licença à gestante, sem prejuízo do cargo ou do emprego e do salário ou subsídio, com a duração de cento e oitenta dias (NR);

...”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(aa) ELTON WELTER

LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Professor Luizão, Beti Pavin, Luiz Eduardo Cheida, Cida Borghetti, Stephanes Junior, Felipe Lucas, Teruo Kato, Luiz Nishimori, Nereu Moura, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Edson Praczyk e Dr. Batista.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná vem na esteira de iniciativas outras unidades federadas, tanto estaduais, como municipais, assim como a nível de propostas no Legislativo Federal, com o propósito de alterar a licença-maternidade das servidoras paranaenses, ampliando de 4 para 6 meses a sua duração.

No Senado Federal foi aprovada uma proposta de legislação estadual que faculta aos empregadores da iniciativa privada a concederem a referida licença ampliada para suas empregadas gestantes, com o benefício de isenção fiscal pelo equivalente, cuja matéria foi para reexame na Câmara dos Deputados. Neste foi admitida, na sua Comissão de Constituição e Justiça, uma Proposta de Emenda à Constituição Federal, a ser analisada doravante por uma comissão especial, com redação na qual se baseou a presente proposição.

Diversos estados, assim como dezenas de municípios brasileiros já aprovaram legislação específica para as servidoras de sua competência.

O Paraná já estendeu às servidoras estaduais que optaram a ser mães adotantes o direito à licença-maternidade.

Como o direito à licença-maternidade das servidoras estaduais paranaenses está prevista no Capítulo II, do Título II, da Constituição Estadual, que trata dos servidores públicos civis, no âmbito da Administração Pública Estado do Paraná, impõe-se a presente alteração constitucional.

Os fundamentos para alterar a legislação são de diversas ordens, dentre as quais se destaca a proteção à infância, com benefícios para a saúde e desenvolvimento emocional, que também se estende às mães, principalmente com o aleitamento materno até os 6 meses de vida da criança.

Estudos científicos comprovam os benefícios, como o defendido pela Sociedade Brasileira de Pediatria, através de seu Presidente, Dioclécio Campos: “O cérebro depende de estímulos e nutrição adequada nos seis primeiros meses de vida para crescer normalmente. Esse é um direito indiscutível da criança. Não se pode aceitar que isso seja negado.”

Com a presente garantia constitucional, o estado do Paraná também se posicionará na vanguarda desta luta, concedendo às servidoras paranaenses este direito.

Indicações

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 366/07

SÚMULA:

Sugere a doação de imóvel ao município de Figueira, para a construção da Casa Familiar Rural.

Ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado.

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências urgentes no sentido de efetivar a doação, à Prefeitura Municipal de Figueira, do imóvel constituído pelos lotes n.ºs 1, 2, 12 e 13 da Quadra n.º 11, do Residencial Vale Verde, objetos das matrículas n.ºs 7808, 7809, 7819 e 7820 do Livro n.º 02 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, para a construção da sede da Escola de Campo Casa Familiar Rural, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Conforme informações recebidas da Prefeitura Municipal, o referido imóvel foi doado ao Governo do Estado pela COPEL, em dezembro de 2000, para a implantação da mencionada Casa Familiar Rural e, efetivamente, nesse local funciona, de forma precária, a escola, em uma sede improvisada que deixa muito a desejar.

Entretanto, para que se possa dar melhor atendimento aos filhos de pequenos agricultores do município de Figueira e região, evitando que migrem para cidades de maior porte, faz-se necessária a construção de um prédio. E, para a efetivação do convênio com o MDA, exige-se que o imóvel esteja em nome do município, razão pela qual, encaminhamos a presente indicação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

INDICAÇÃO N.º 367/07

SÚMULA:

Solicita adaptação e implantação do Decreto 52096 de 28 de agosto de 2007 exarado pelo Governo do Estado de São Paulo e que regulamenta a Lei 12685, também de 28 de agosto de 2007.

Aos Exmos. Srs. Secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se às autoridades nominadas para expor o que se segue:

I - As providências do Governo paulista limitam-se a beneficiar os adquirentes junto à empresas de transporte e o pretendido pela presente indicação é a extensão da preconizada a todos os cidadãos, incentivando-as à exigência da Nota Fiscal, oferecendo-lhes como compensação, isenção de até 30 por cento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS.

II - Que, da decisão, se encaminhe cópias ao Vereador Joaquim Aurélio Conceição, Presidente do Poder Legislativo paranavaense e ao Vereador Dr. Clóvis Campos, autor da sugestão da presente indicação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Dia 1.º de outubro próximo passado, a colenda Câmara de Vereadores do município de Paranavaí, acolheu requerimento de autoria do eminente Vereador Dr. Clóvis Campos, solicitando a nossa intervenção junto às autoridades citadas na Súmula da presente indicação,

para a realização de estudos que conduzissem à adaptação e implantação do decreto firmado pelo Governador José Serra, do vizinho estado paulista, sob o número 52096 e que regulamenta a Lei 12685. Muito oportuna a iniciativa do atento Vereador paranavaense, o Dr. Clóvis Campos, pois os documentos citados incentivam os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a exigir do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil.

No entanto, observa-se que as providências do Governo paulista, limitam-se a beneficiar os adquirentes junto a empresas de transporte e é idéia do Vereador nosso co-estaduano, a extensão da prática dos nossos vizinhos, para contemplar a todos os cidadãos, isentando-o em 30% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o nosso ICMS, a partir da emissão de comprovante fiscal.

Assinala o Vereador Clóvis Campos que a prática do proposto resulta em combate à sonegação e à comercialização de produtos ilegais, vez que o consumidor será incentivado à exigência de nota fiscal.

Que, da decisão, se encaminhe cópias ao Vereador Joaquim Aurélio Conceição, Presidente do Poder Legislativo paranavaense e ao Vereador requerente, o Dr. Clóvis Campos.

INDICAÇÃO N.º 368/07

SÚMULA:

Propõe a promoção de Policial Militar Praça e Cabo por tempo de serviço.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no Artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, propõe o envio de proposição aos Exmos. Srs. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná; Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública; e Coronel Nemésio Xavier, DD. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, visando a efetivação de medidas com o seguinte objetivo:

- que o Policial Militar Praça com 10 anos de serviço prestado na função, e com comportamento bom, seja automaticamente promovido a Cabo; e

- que somado o tempo de 10 anos como Policial Militar Praça e 05 anos como Cabo, seja este promovido automaticamente a Sargento, observado o critério de bom comportamento.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição justifica-se na medida em que busca motivar o Policial Militar Praça e Cabo a ascenderem na carreira, dedicando-se cada vez mais na relevante função que exercem, primando pelo bom comportamento, tendo assim uma perspectiva futura de promoção funcional.

Atualmente Policiais Militares Praças com 25 ou 30 anos de serviços, para obterem promoção à Cabo, e deste a Sargento, são obrigados a participar de concurso interno, e por diversos fatores, entre eles a falta de motivação e a dificuldade em concorrer com Policiais mais jovens e mais instruídos, não conseguem alcançar êxito.

Trata-se de medida justa que beneficiará sobremaneira a classe, e principalmente os mais antigos da corporação, valendo salientar que o bom comportamento será imprescindível para a promoção pleiteada.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário regime de urgência para o Projeto de Lei nº 772/07, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos, o horário de início e final de consultas.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário regime de urgência para o Projeto de Lei nº 751/07, de minha autoria, que revoga a Lei nº 15247 de 2006 (Código de Divisão Judiciária).

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a anexação do Projeto de Lei 716/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi ao Projeto de Lei nº 272/07 de autoria do Requerente devolvendo-o a diletta CCJ por tratar-se de projetos conexos.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3434

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Cornélio da Silva, ocorrido dia 17 de novembro próximo passado, nesta cidade de Curitiba.

Que, da decisão desta Assembléia Legislativa, se dê ciência aos seus familiares, através de ofício à viúva do reverenciado, a Sra. Vilma Vasconcelos da Silva, residente à R. Capitão João Zaleski, 1623, Vila Lindóia - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3441

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Clayton Reis.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Clayton Reis, Magistrado e Delegado da ABRAIME - Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas no Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3442

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Gilberto Ramos de Oliveira.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Gilberto Ramos de Oliveira, Chefe de Núcleo da Secretaria Municipal da Defesa Social - Guarda Municipal na Administração Regional de Santa Felicidade, no município de Curitiba, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3443

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Igenes Dequech Álvares.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Igenes Dequech Álvares, arquiteta formada pela UEL - Universidade Estadual de Londrina, pós-graduada em computação gráfica e design de móveis.

Destacamos em especial sua atuação como Presidente da Associação Amigos do Museu Histórico da Universidade Estadual de Londrina, desenvolvendo projetos e ações para a preservação da história londrinense.

REQUERIMENTO Nº 3433

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, as seguintes informações da Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná:

1 - Qual o valor atual do passivo judicial do estado do Paraná?

2- Quantos processos judiciais estão em andamento contra o estado do Paraná referentes ao período de 2003 a 2007?

3 - Existem processos que já fizeram coisa julgada e versam sobre contratos públicos encerrados por decreto? Quais são?

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações são fundamentais para que possamos exercer nossa função constitucional de fiscalizar o Poder Executivo.

REQUERIMENTO Nº 3440

Senhor Presidente:

O Deputado que a esta subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado da Fazenda o pedido de informações que segue abaixo.

O presente requerimento é proposto para que sejam aclaradas certas informações sobre o IPVA no estado do Paraná. Inicialmente, cumpre que se informe a exata quantia arrecadada pelo estado em referência ao IPVA no último exercício financeiro. Também importante que se esclareça acerca da repartição dessa receita advinda do IPVA com os municípios do Paraná, ou seja, quer-se que seja noticiado à este parlamento de modo específico quanto da arrecadação de IPVA foi enviado e para quais municípios.

Prosseguindo, outra comunicação oficial que se necessita diz sobre as categorias de carros afeitos à locação comercial no Paraná. Neste sentido, o envio de informação sobre a classificação ora vigente em nosso estado, bem como a quantia recolhida por classe também se amolda como essencial.

As informações que ora se buscam precisar são de angular importância, posto representar substancial quantia, parte dessa com destinação específica. Assim, o envio destas informações só tende a corroborar com a transparência que se espera no trato do interesse público. Assim, enviar essas informações nada mais é que cumprir e respeitar a Constituição Federal e mais é colocar com

uma função precípua de Parlamentar, qual seja, da fiscalização.

Pelo exposto e pela relevância do tema é que se requer a aprovação dos votos ora apresentados.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 820/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Grupo Especial de Menores em Ação - GEMA, com sede e foro no município de Colorado -Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Especial de Menores em Ação (GEMA) de Colorado, fundado em 20 de maio de 2003, tem como proposta principal proporcionar aos menores carentes de Colorado, educação intelectual, social, física, cívica, profissional e teológica. A entidade trabalha pelo desenvolvimento integral de crianças e adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, buscando sua integração à família e a sociedade.

Para o cumprimento e o desenvolvimento integral das ações programadas, a Associação desenvolve projetos comunitários e educativos em diferentes áreas. Uma das metas atuais é a criação do Centro de Formação de Atletas. A intenção é dar ênfase ao esporte como alternativa de enfrentamento à criminalidade e manter os jovens longe da linha de risco a que estão expostos nas ruas e becos da cidade.

A Associação busca também melhorar a geração de renda das pessoas atendidas, através de sua inclusão no mercado de trabalho. O programa prevê o acompanhamento dos adolescentes por meio de convênios de estágios em empresas privadas ou repartições públicas.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis, ao projeto de lei que apresento por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 821/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Brasileira de Porfíria - ABRAPO, com sede e foro no município de Curitiba, no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Porfíria, entidade sem fins lucrativos, surgiu como primeiro grupo de apoio no país que tem como objetivo prestar esclarecimentos e orientações sobre porfírias a portadores, familiares de portadores, médicos, demais profissionais da saúde e sociedade em geral, sensibilizar organismos públicos, privados e a sociedade civil sobre a existência das porfírias, pleitear recursos ou programas para diagnóstico e tratamento gratuito, além de fomentar o desenvolvimento de pesquisas e projetos científicos ligados às porfírias, localizados na doença, promover meios que favoreçam o contato e a comunicação entre portadores ou demais interessados, entre outros.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para que o número de pessoas atualmente atendidas possa ser ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 822/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Lar Abrigo de Jesus do Paraná, com sede e foro no município de Morretes, na Rodovia Miguel Buffara, Km 16 - Sapitanduva, no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Lar Abrigo de Jesus do Paraná, tem como finalidade receber e dar atendimento geral a pessoas de qualquer sexo, emancipadas ou com autorização judicial, em caso de crianças e adolescentes; recuperar dependentes químicos, alcoólatras, cruzados na forma física, psíquica, moral e social; devolver a sociedade em condições de convivência, pessoas outrora consideradas discriminadas; atender necessidades básicas advindas de situações variadas, com prioridade para crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência física; fundar, administrar ou manter escolas, creches, abrigos, casas-lares, estabelecer cursos, cumprir objetivos e conformidade com as necessidades e interesses da sociedade em geral; cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, no que diz respeito às crianças e adolescentes recebidas no Lar Abrigo de Jesus do Paraná, bem como na preservação de futuros dependentes químicos, alcoólatras e cruzados; manter atividades culturais, educacionais, saúde, lazer, esportes, promover cursos, firmar contratos, buscando a realização de suas finalidades sociais.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para que o número de pessoas atualmente atendidas possa ser ampliado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de cumprimentar a Comissão de Justiça e Redação desta Casa, que há poucos instantes aprovou 2 importantes projetos de minha autoria. O primeiro projeto é o que trata da questão do 3º Registro em Ponta Grossa. Como foi feita com muita pressa aquela lei do Judiciário, acabamos aprovando algo que não estava em conformidade com a lei. Estamos pedindo a revogação deste caso. Não pedindo para extinguir, apenas a revogação e que o Tribunal de Justiça possa apresentar já de acordo como determina a lei, que sejam iguais os Registros em Ponta Grossa, de acordo com a conformidade da Lei.

A CCJ deu um passo importante fazendo valer a legalidade e a constitucionalidade desse projeto. Portanto, um projeto que vamos pedir regime de urgência na Sessão de amanhã, para que possa ser aprovado o quanto antes nesta Casa e se legalize algo que não está em conformidade com a lei. Não somos contra a criação do 3º Distrito em Ponta Grossa, 3º Registro de Imóveis, somos favoráveis desde que cumpra o que determina a lei em condições de igualdade.

Por outro lado, na Comissão de Justiça, agora há pouco também com parecer favorável do nosso eminente Relator Professor Luizão, que é um profundo conhecedor do sofrimento do povo, naquele caso das consultas “se vira nos 30”, que o médico faz a consulta em menos de 30 segundos. Foi aprovado naquela comissão e tenho certeza que será aprovado nas demais e virá a este Plenário para ser aprovado, que é o projeto que determina que os médicos terão obrigatoriedade de colocar o horário que o paciente entra para a consulta e o horário que volta. Vamos ter exatamente quanto tempo dura uma consulta. Esse é um projeto extremamente social, importante para o atendimento básico, para melhorar as condições de saúde. Quando um médico atender bem alguém, automaticamente teremos um melhor resolução daquele atendimento e teremos, depois, que menos remediar.

Por isso, Deputado Luizão, agradeço a V. Exa. e aos demais membros da CCJ que votaram a favor desse projeto que determina que os médicos do SUS terão que, obrigatoriamente, colocar o horário da consulta, o horário da entrada e da saída do paciente. Isso vai melhorar a saúde.

No mais, agradecer as obras que foram colocadas ontem em Ponta Grossa, o Centro de Ressocialização das Crianças, investimento de 7 milhões, a vistoria ao hospital regional, onde o Governador anuncia a construção também de um heliporto, que vai beneficiar a região por se tratar de um hospital regional, e os investimentos que vem na saúde em seguida.

Por isso, queria fazer esses registros hoje e cumprir esta Casa por esses 2 valerosos projetos que foram aprovados por unanimidade na CCJ, na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Quero registrar, aqui, a presença de alguns moradores do município de Pinhais, Vereador Zezinho do PMDB e, principalmente, os moradores de uma região chamada Conjunto Residencial Graciosa.

É uma região que está no processo de regularização que foi incluído nos recursos do PAC, para a COHAPAR poder fazer a regularização de diversas áreas em Pinhais. Uma das áreas é esse Conjunto Residencial Graciosa, que há muito tempo vem sendo requisitada pelos moradores a regularização dessa área. Mas a Prefeitura local, infelizmente, não tem tomado iniciativa nesse sentido de favorecer os moradores daquela região e de muitas outras regiões. Mas, mesmo sem haver a iniciativa da Prefeitura, conseguimos fazer constar dos recursos do PAC, R\$ 36 milhões para o município de Pinhais, que o objetivo é regularizar diversas áreas que estão em situação que não é a própria para a moradia e outras que os moradores não conseguem um documento para poder ter o título de propriedade desses terrenos.

Quero parabenizar o município de Pinhais por essa presença aqui e dizer que estamos lutando para ver se, apesar da Prefeitura de Pinhais, não fazer incursões, no sentido de fazer progredir essa questão da regularização das áreas. Estamos tentando através da COHAPAR, que é uma empresa do estado do Paraná, que vai tentar fazer isso. Embora haja necessidade de fazer em parceria com a Prefeitura, porque toda a ação do Governo do Estado, em algum município tem que ter a anuência e tem que ter a participação do município. Nesse caso vai depender da Prefeitura para poder regularizar essas áreas e muitas outras do município de Pinhais.

Em relação ao projeto do Deputado Jocelito Canto, que fui Relator na CCJ é um projeto polêmico, sim, mas não podemos deixar de analisar e discutir essa questão, porque as reclamações em relação ao atendimento à

saúde são muitas, no estado inteiro e em todos os municípios.

Evidente se uma das reclamações é em relação ao valor do procedimento médico, mas não podemos tentar compensar esse baixo valor do procedimento médico, que foi reajustado, recentemente, em 30% pelo Governo Lula, mas está bastante abaixo do que deveria ganhar o médico por diversos procedimentos. Mas, também, não podemos fazer de conta, dizer que o médico trabalha 4 horas, sendo que ele fica 30 minutos no consultório. Evidente que temos diversas exceções - ainda bem - de médicos responsáveis, que trabalham tendo por objetivo a melhoria da saúde da população. Mas, sabemos que em muitos casos os médicos olham para o paciente e já receitam sem fazer uma consulta mais aprofundada.

Então, temos que ver se o médico trabalha 4 horas, ou 2 horas, ou é 1 hora, mas isso tem que ficar claro. Se o paciente tem o direito ao atendimento, já demora na fila para conseguir um atendimento médico, não é justo que ele entre e saia da mesma forma, sem poder resolver o seu problema de saúde.

É um projeto que esperamos que prospere. Evidente, que vai estar aberto para receber emendas de plenário, para ser aperfeiçoado, mas é uma discussão que tem que ser levantada: qual é o tempo de atendimento, são 4 horas, são 2 horas, é 1 hora, é meia hora? Quantos pacientes deverão ser atendidos por dia, tanto no sistema que é gerenciado pelo Governo do Estado, que é o caso do projeto, que só podemos legislar aqui nessa abrangência?

Nos municípios, também, é necessário fazer essas discussões. Acho que as prefeituras, os administradores devem sentar, devem discutir com os médicos e ver se é muito baixo o valor. Vamos ver se é necessário então aumentar o valor pago aos médicos. Mas, que em contrapartida haja um atendimento de melhor qualidade, que tenha um período maior de permanência nos postos de saúde.

Mas, que comecemos a encarar essa questão com naturalidade, discutir essa questão, discutir com os usuários, discutir com os médicos, discutir com os administradores o que é possível fazer. Qual é a competência de cada um? Daí, podemos ter a esperança de melhorar o atendimento da saúde no nosso país.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente.

Hoje vou relatar um pouco do acontecido na nossa Audiência Pública sobre segurança pública, sobre o que aconteceu em Campo Mourão no dia 25 de outubro. Temos um relatório do que foi discutido lá em Campo Mourão, com a presença de diversas autoridades da cidade de Campo Mourão e dos municípios vizinhos. Aproveitar inicialmente e agradecer a presença lá do Deputado Marcelo Rangel, que esteve conosco participando dessa Audiência, aproveitar e fazer o registro que hoje o Deputado Marcelo Rangel está em Brasília, para discutir com relação ao aeroporto de Ponta Grossa, foi para lá numa Audiência com o Ministro.

A nossa Audiência Pública tem o intuito de discutir esse tema importante, como fizemos em Araucária aquela Audiência sobre segurança pública que nós participamos. Aqui na Assembléia eu tive a oportunidade de fazer uma grande reunião com vários policiais militares aqui de Curitiba, para podermos discutir uns assuntos que atingem a vida de todos os paranaenses.

Eu anotei alguns tópicos e, além disso, vou falar um pouco sobre o relatório do que na nossa região está acontecendo com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, enfim, com aqueles que trabalham para a segurança pública.

Gostaria inicialmente de lamentar lá a ausência do Secretário da Segurança Pública, que foi convidado e não foi participar conosco dessa Audiência.

Quando começamos a conversar com os policiais, e aí, além da Audiência também visitei batalhões, conversei com policiais militares, policiais civis e com a própria população para poder saber quais seriam os problemas que estaríamos enfrentando lá, são fugas de presos, são vários assaltos, assaltos a ônibus, a várias propriedades rurais, assalto a comércio, e alguns números eu gostaria de passar a todos, com relação a perspectivas dos policiais em todos os níveis no Paraná.

Primeiro item dos problemas: falta de efetivo. Em nossa região, há 10 anos atrás tínhamos 400 policiais. Isso em 1997. Esses 400 policiais eram para atender 24, 25 municípios da região. Hoje ampliou o número para 30 municípios, incluindo a região dos municípios de Cianorte e o número de policiais continua o mesmo, em torno de 400 policiais.

Nós teríamos uma necessidade mínima de 500 policiais para atender aquela região. Tem 400.

Na Audiência foi apresentada uma notícia pelo Comandante Cazarolli, que é o Comandante da Polícia Militar lá na região, que está previsto mais 40 policiais agora com essa contratação que virá pelo Governo do Estado.

Só que a nossa deficiência é de 100 policiais, pelo menos. Seria o primeiro ponto, além do que ainda estão previstas novas baixas, lá, em torno de 50 policiais. Se nós temos necessidade mínima de 500, só tem 400 e vai ter uma baixa de aproximadamente 50. Estes novos 40 que chegarem lá, apenas vão atender a estas novas baixas.

Um outro item que foi discutido é que o policial praça, como é conhecido, segundo a linguagem dos próprios policiais, ele vai embora com 25 anos de serviço, porque não tem mais uma perspectiva de futuro, de melhoria da carreira. Então, atingiu 25 anos, deixa a Polícia Militar, deixa seu trabalho e vai embora. E com isso nós perdemos, o Paraná perde um policial preparado, que poderia ficar mais tempo dentro da Polícia e servir à comunidade.

Lá na região, especificamente, traçamos um perfil conversando com várias pessoas sobre a segurança pública. O perfil da tropa da Polícia Militar em Campo Mourão, envelhecida. Isto dito pelos próprios policiais militares. Estressada. E aí não é Campo Mourão, é o Paraná inteiro. Um índice de suicídios de policiais, no estado do Paraná, segundo algumas pessoas, chegaram a relatar como o maior índice de suicídios, porque lá já teve casos de policiais se matarem. E aí, o problema que já citei com relação aos últimos 10 anos, somente 29 novos policiais.

Um outro ponto que já foi comentado, e aí não foi diretamente no microfone, para ser gravado, isto foi falado nas visitas que fiz, tem a Lei Estadual nº 14806, que é de 2005, que é uma lei de promoções de oficiais e esta lei foi retroagindo seus eleitos a 27 de dezembro de 2004, então se trata de oficiais de final de carreira. Um questionamento que me fizeram é onde estão os Coronéis, porque por causa desta lei, muitos dos Coronéis que eram excelentes oficiais, hoje não estão trabalhando e deixando, desta forma, os batalhões da Polícia Militar sendo comandados por Majores. Se pegar Ponta Grossa, Cascavel, Londrina, Maringá, são os Majores, e na verdade deveriam ser comandados por Coronéis.

Outro item, somente integrantes da Casa Militar estão fazendo cursos fora do estado, cursos de aperfeiçoamento. Deveriam investir para que mais pessoas pudessem participar destes cursos. E não precisa, necessariamente, ser fora do estado, lá em Alagoas, Maceió e em Santa Catarina. Aqui também. Por que não fazer estes cursos aqui no Paraná? Por que não investirem mais nas pessoas? Com estas despesas de viagem de avião, diária, etc, por que não fazer aqui? Para beneficiar mais policiais, mais pessoas da Polícia Militar? Estes cursos poderiam ser feitos aqui. Isso nós ouvimos de pessoas ligadas à Polícia Militar.

Um outro item que foi comentado é que não se respeitam critérios de promoção nem para cursos para fora do estado, como já citei. Aí levantaram várias lideranças e comentaram sobre projetos. Nos últimos projetos, nos últimos anos, têm sido criados bons projetos. Cito o PROERD, Formando Cidadão, Projeto POVO, a Patrulha Escolar, enfim. Só que não se investe em novos policiais para isso. Criam-se os projetos e quer se tocar o projeto com o mesmo quadro de policiais que tem já no quadro. Então, se amplia o número de serviços e não se dá condições para que as pessoas possam oferecer um serviço de qualidade. Por isso de a tropa estar estressada, de a tropa

estar muitas vezes até desanimada, os policiais militares. Você vai conversar com eles e eles colocam isso.

Áreas como serviço de inteligência e grupos especiais estão recebendo pouco apoio, falta de treinamento e falta de contratações, que já comentamos aqui. Lá na região, por exemplo, tem assaltos de propriedades rurais, assalto a gado, essa área de furto de gado está abandonada e, por exemplo, para maquinário e insumos agrícolas, que tem acontecido, só tem uma viatura, que é uma caminhonete, com 3 policiais para atender os 31 municípios. Só tem uma viatura!

Comentou-se também sobre a Delegacia local, onde tem capacidade para certo número de presos e temos o dobro disso. Essa Delegacia, onde já aconteceram várias fugas, o Juiz de Direito, o Dr. Juliano Albino Mânica foi quem mais comentou sobre as fugas e chegou a dizer que a cadeia não seria suficiente e que é necessário um novo presídio, um investimento do Governo nesse setor lá na região. Ele diz o seguinte: “Acredito que esse material gravado deva ser encaminhado ao Secretário Estadual da Segurança Pública. Cabe ao Executivo, na pessoa do Secretário Estadual da Segurança Pública, tomar providências. Se o Delegado da época já sabia que a cadeia não daria certo, outras providências deveriam ser tomadas”.

E aí, várias intervenções do Juiz nos deixaram muito preocupados com relação à Polícia Civil. Para pegar os dados da Polícia Civil, hoje temos uma deficiência muito grande de policiais e, só para dar um número, em 2000 tínhamos em Campo Mourão 5 Delegados, 30 Investigadores e 15 Escrivães; hoje temos 2 Delegados, 13 Investigadores e 5 Escrivães, ou seja, também estamos com deficiência de pessoal na Polícia Civil lá na nossa região. E estamos conversando e alertando a todos da necessidade de investimento.

Tem um bairro lá na cidade de Campo Mourão chamado Lar Paraná, onde vivem em torno de quase 20 mil pessoas e esse bairro tinha uma Delegacia, tinha Delegado e hoje não tem nem Delegado. A Delegacia da Mulher já teve Delegada, Escrivã e Investigadora e hoje tem somente uma Investigadora. Na área da 16ª Delegacia há 3 comarcas sem Delegados, que são Campina da Lagoa, Iretama e Peabiru. O que podemos esperar do Governo com essa deficiência de pessoas?

É claro que o problema não são apenas pessoas, mas esse está sendo o principal, um dos temas mais comentados. O próprio Prefeito de Campo Mourão também fez as suas colocações, dizendo que: “A falta de efetivo é uma barbaridade”! Disse que na época ele já cobrava, como Deputado, desde o Governador Jaime Lerner, e que ainda acha que é necessário muito mais do que tem, em termos do número que já passei.

Temos problemas seríssimos na segurança pública e nem é, muitas vezes, por culpa dos policiais, mas eles realmente precisam de ajuda, precisam de um acompanhamento às vezes psicológico e o Governo não dá. Poderiam fazer um convênio com profissionais dessa área

para poder oferecer condições aos policiais que hoje estão estressados e que as vezes têm dificuldade até de trabalho por causa do estresse.

O Governo atual criou vários e bons programas, só que não oferece novos policiais e aí tem que acumular serviços. A nossa região, como eu disse, eram 25 municípios atendidos pelo 11º Batalhão da Polícia Militar e hoje são 31 municípios. Ampliou o número de municípios e não ampliou o número de policiais, e só estão previstos, isso por causa da Audiência Pública, inclusive, apenas 40 novos policiais para a nossa região. Se for pegar só o item corpo funcional, que é o mais importante, porque eles é que fazem a segurança pública.

Um outro problema sério que a nossa região tem e que foi alertado pelo Bispo Dom Mauro, que agora foi promovido a Arcebispo lá em Cascavel, mas ele é o nosso Bispo em Campo Mourão ainda, ele coloca sobre o problema do tráfico de drogas, uso de drogas que tem em Campo Mourão e na região, e que infelizmente isso vem se alarmando muito, vem aumentando muito esse índice na nossa região, e deixou isso claro na nossa Audiência Pública. O próprio Comandante da Polícia falou dos projetos da ROTAN, o Projeto POVO, a Patrulha Escolar, o Projeto Volante Cidadão, o Guarda no Centro Sócio-Educativo, a condução coercitiva de menores, o Boletim Unificado, o Programa de Cadastro, a elaboração de termo circunstanciado, o cadastro de notificação junto ao DETRAN, serviço de gestores junto a 20 municípios, apoio à Força de Segurança Nacional. Temos um Sargento no Rio de Janeiro trabalhando desde o início do ano.

Então, se criam essas forças para atender uma determinada região e não se contratam novos policiais. Eles escolhem um pouco de cada região, deixando deficitária a região que cede policiais para atender; como é o caso que citaram a Força Nacional lá no Rio de Janeiro.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte, Deputado. Apenas para parabenizá-lo pela excelência do trabalho e da investigação, e os dados que V. Exa. traz hoje até nós. Tenho certeza absoluta que essa é a maneira correta de se compilar esses dados, e quero me colocar à disposição para que juntos, e junto à Secretaria da Segurança Pública, possamos lutar para a melhoria da sua cidade e da região. Acredito que é um quadro que o Paraná como um todo, a região de Campo Mourão é exemplo do que ocorre no resto do estado, apesar do efetivo policial ter aumentado, ainda há uma deficiência muito grande, não só qualitativa, mas principalmente quantitativa na força pública. Isso se vê não apenas no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar como um todo, mas também na Polícia Civil e em outras áreas da segurança pública no Paraná.

Mas de qualquer maneira quero enaltecer o seu trabalho, elogiar o seu trabalho, que acho de extrema impor-

tância. Parabenizá-lo, e mais uma vez me colocar à sua disposição para que, junto ao Secretário da Segurança, possamos encaminhar essas suas sugestões e fazermos de tudo para que a solução, pelo menos parcial desse problema que aflige a todos, possa ser encaminhada.

Muito obrigado pelo aparte e parabéns, mais uma vez.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Luiz Eduardo Cheida, pessoa muito respeitada pela sua história e pelo seu trabalho aqui na Assembléia Legislativa.

Quando fizemos esta Audiência Pública teve inclusive uma mobilização para algumas pessoas até não irem à Audiência Pública. Nós conversamos, sim, com as lideranças, convidamos, e graças a Deus todos foram, até porque o assunto tem que ser discutido aqui na Assembléia Legislativa. Uma cópia desse documento está sendo entregue para o Governador do Estado e outra cópia para o Secretário da Segurança do Estado do Paraná. Não poderão alegar que não sabem o que está acontecendo lá porque está tudo registrado aqui, tudo escrito. Vamos deixar uma cópia com o nosso Presidente, está aqui a cópia Presidente Nelson Justus, vou entregar para V. Exa., porque esse tema é um tema muito sério, muito importante. Quero alertar mais uma vez os policiais reclamando do estresse, e eles têm razão. O próprio Juiz diz aqui: “Não tem um psicólogo ou um psiquiatra para que se faça um tratamento, um acompanhamento continuado a certos policiais que precisam e clamam por ajuda. Não tem condições de ter um plano de saúde particular ou de pagar uma consulta com o psiquiatra ou psicólogo a cada semana, 15 dias ou 1 mês. O salário que o policial ganha não consegue pagar isso. E o Governo, muitas vezes, investe em outras áreas e esquece dessa tão importante que é a qualidade de vida dos policiais que estão oferecendo segurança para a população”.

Uma medida simples, cada batalhão da Polícia Militar ter um psicólogo conveniado para atender a tropa? Não são tantos batalhões no estado.

Vejo que a Polícia Militar precisa ter uma atenção muito especial com a disciplina. Rigor para averiguar eventuais abusos e excessos e deve dar um tratamento mais humano ao policial que sofre. E têm muitos sofrendo aí, muitos mesmo. Quem falou isso foi o Juiz Corregedor, o Juiz que está acompanhando o que está acontecendo nesse item da segurança pública na nossa região.

Ainda coloca assim: “Por que não existir uma vila militar? Com terrenos cedidos pelos municípios? Construção de casas, em regime de multirão, para o Soldado? Para aquele que precisa, que não tem condições de ter uma casa própria e que, muitas vezes, mora no meio de um ambiente inóspito, e tem como vizinho aquele que vai prender no dia seguinte. Aí ele volta para casa e pensa: “Prendi meu vizinho, vou trabalhar amanhã e minha esposa e filho ficam em casa.” São palavras das lideran-

ças que participaram conosco desta importante Audiência que realizamos em Campo Mourão.

Um outro ponto discutido: “Já está na hora de Campo Mourão ser agraciado com um escritório, ou uma representatividade da Polícia Federal. Vamos fazer este pedido, porque se a Polícia Militar e Civil, com o devido respeito, não resolve o problema de tráfico de drogas, será que não existiria um grupo organizado que não mereceria a atenção da Polícia Federal?” Essas são as palavras do Dr. Juliano Mânica, que é o nosso Juiz Corregedor lá em Campo Mourão.

Aqui ele justifica: “Temos a Justiça Federal comum, aqui provida de 2 Juizes e 30 servidores. Temos um escritório de representatividade no Ministério Público da União. Uma Procuradora da República e servidores. Será que Campo Mourão não merecia um posto avançado da Polícia Federal?” Esse é o questionamento do Juiz que vamos reivindicar junto aos órgãos do Governo Federal, Estadual e dos Deputados aqui da Casa, para que possamos atender essa necessidade da nossa região.

O Bispo que participou e colocou sobre as drogas tem andado capela por capela. Ele viaja à noite, e até reclamou da falta de segurança. E depois ouvimos a comunidade.

Registre aqui uma liderança da cidade de Terra Boa. Ele que foi assaltado na área rural e não teve cobertura policial de Terra Boa e nem de Engenheiro Beltrão: “Às 10h da noite pedi socorro para a Polícia de Engenheiro Beltrão e a Polícia disse que eu não tinha agendado.” Tem que agendar quem é assaltado.

Claro que a Polícia precisa de apoio, mas também teve cobrança para a Polícia. Cobrança para o Delegado Chefe da 16ª Delegacia, lá de Campo Mourão, para que se tomasse providências em vários pontos. O Delegado já nos visitou, fez um relatório apresentando as medidas que já tomou, depois da Audiência Pública. Encaminhamos esse relatório para o Governador Roberto Requião.

Enfim, quero agradecer todos desta Casa, a equipe de taquigrafia, a equipe do cerimonial que nos acompanhou e que fez um belíssimo trabalho, para que pudéssemos, em conjunto com várias lideranças, ouvir a comunidade e tratar deste tema olho no olho com as lideranças, com quem faz a segurança, com quem tem obrigação de oferecer segurança melhor para a nossa comunidade.

Quero deixar este registro aqui. Vou deixar uma cópia com o Deputado Nelson Justus para que nos ajude a fazer essas reivindicações para região, até porque o senhor também representa municípios daquela região. O privilégio da falta de segurança não é só de Araucária e de Curitiba, também tem este problema na cidade de Campo Mourão e nos municípios vizinhos.

Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Marcelo Rangel que pôde estar presente conosco; aos demais Deputados que não puderam estar presentes mas que têm nos apoiado nas reivindicações que fazemos nesta Casa.

Obrigado Sr. Presidente! Obrigado a todos os demais Deputados!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, só quero fazer um esclarecimento. Fui surpreendido pelos senhores jornalistas que me indagaram a respeito de uma notícia que está postada, no dia de hoje, na primeira página do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, que diz o seguinte: “Deputado Estadual Jocelito Canto (PTB Paraná) pode sofrer processo de cassação. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu pedido de cassação do Deputado Estadual do Paraná, Jocelito Canto (PTB), ex-Prefeito de Ponta Grossa. A representação foi encaminhada pela Tribunal Regional Eleitoral do Estado que acolheu, por unanimidade, o pedido de Recurso contra expedição de diploma.

De acordo com o Juiz-Relator do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, o Deputado Jocelito foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná por improbidade administrativa e tornou-se inelegível por 3 anos. No entanto, o então candidato interpôs recurso de agravo de instrumento contra a decisão junto ao Superior Tribunal Federal. Embora o Supremo tenha rejeitado os recursos, o Parlamentar acabou empossado antes de ser emitida uma certidão de trânsito em julgado da condenação criminal. Em sua defesa, o Deputado pede a extinção do processo, argumentando que o representante que fez a ação, José Cícero Rocha, não apresentou documentos indispensáveis à propositura da ação e sustenta que a Justiça Eleitoral não poderá mais cassar o seu mandato, já que foi empossado.”

Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, que esse José Cícero Rocha foi funcionário desta Casa e servia o Deputado Neivo Beraldin. Ele era funcionário do Deputado Neivo Beraldin. Nos Anais da Casa diz que ele era assessor especial do Deputado Neivo Beraldin e foi por intermédio do Deputado Neivo Beraldin que ele protocolou esse pedido de cassação minha no TRE aqui. Como ele não pode provar que tinha transitado em julgado, o TRE mandou para Brasília e, hoje, para surpresa de todos, está na primeira página do TSE.

Vamos aguardar, mas eu entendo que este processo já tem um parecer, inclusive do Ministério Público Federal, do Subprocurador, dizendo que não há crime nenhum. Este é aquele famoso caso do policial que estava à disposição da Assembléia e da Prefeitura de Ponta Grossa. O próprio Subprocurador da República mandou expedir o *habeas corpus* em meu favor, dizendo que não há crime nenhum proferido por mim.

Veja, Sr. Presidente, o meu sofrimento. Venho sofrendo há muitos anos por isto aqui e, agora, surpreendido por mais uma notícia implantada por um assessor do Prefeito Beto Richa, o Sr. Neivo Beraldin, que não tem voto e quer vir para Assembléia pelos porões.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PDT. Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PR/PRB/PV. Com a palavra Deputado Ribas Carli Filho.

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho a esta tribuna, mais uma vez, e desta vez de uma maneira crítica em relação a uma atitude tomada pelo Governador do Estado, pelo Governo do Paraná, em aumentar os impostos do cidadão paranaense.

Sr. Presidente, V. Exa. sabe que eu não venho a esta tribuna a todo o momento para falar todos os temas e abordar de problemas gerais, mas esta questão é fundamental, Deputado Douglas Fabrício. Temos um estado que vai finalizar mais um ano, após a reeleição do Governador Roberto Requião, um ano crítico. Tivemos uma administração caótica, na qual as principais bandeiras levantadas pela reeleição do Governo Roberto Requião não foram atendidas. Agora, ele nos traz esse presente de Natal: o aumento dos impostos do cidadão paranaense. Primeiro ele quer aumentar o IPVA dizendo que precisa sanear algumas dívidas do estado e aumentar o repasse para as prefeituras.

Governador Requião, sabemos que as Prefeituras têm parte do IPVA. Mas se V. Exa. não sabe, a cada ano, em média 300 mil novos veículos são emplacados e evidentemente precisam pagar taxa de licenciamento. Então, é um imposto que a cada ano aumenta bruscamente, no mês de novembro, no final do ano, Deputado Anibelli, sem haver justificativa alguma.

Não me venham comparar com o estado de Santa Catarina, como fez na Gazeta do Povo, hoje, o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, querendo dizer que o nosso imposto, mesmo após o reajuste, seria abaixo do estado de Santa Catarina. Não me venham com comparações, porque se formos fazer comparações, inclusive com o estado de Santa Catarina, podemos buscar os números de toda exportação, que pelos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul, as riquezas saíram pelo nosso país, abrindo mão de usar o porto de Paranaguá.

Hoje, na “escolinha”, o Governador disse que jamais se pretendia aumentar o ICMS no estado do Paraná. Quanto ao IPVA, o estado está buscando uma equalização. Não queremos aumentar a arrecadação, estamos pensando em eliminar o imposto sobre veículos automotivos das motocicletas de 125 cilindradas. Olhem a concatenação da idéia do Governador Roberto Requião. Mas se ele não sabe, existe uma lei que foi promulgada em 21 de fevereiro de 2005, que isenta as motocicletas até 125 cilindradas do pagamento do IPVA e o aumento

será repassado para os veículos automotores que serão adquiridos. Sem falar nisso, ainda ouve-se rumores de que querem aumentar o ICMS no estado do Paraná. Querem aumentar os impostos de quem produz, de quem gera empregos, de quem gera riquezas no nosso estado, querem atrapalhar a vida do cidadão paranaense.

Fica aqui o meu protesto e a minha sugestão para que o Governo reveja a sua posição: aumentar o IPVA, aumentar os impostos neste final de ano, depois que nenhuma das principais bandeiras do Governo foi atendida. O pedágio não baixou, o pedágio não acabou e o Governo tem ainda impedimentos e problemas em sentar e negociar essa questão.

A questão dos transgênicos, o Governo perdeu mais uma grande bandeira e uma grande proposta: não assumiu e não honrou os compromissos. A saúde está um caos, Deputado Waldyr Pugliesi. O Secretário da Saúde, as pessoas morreram, os remédios especiais faltaram. De repente, o Governo vem com esse presente para o cidadão paranaense. Nenhuma das grandes bandeiras atendidas e os impostos aumentarão.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputados Ribas Carli, primeiramente parabéns pelo seu pronunciamento, lembrando das promessas do nosso Governador que não são e não foram cumpridas já no seu 5º ano de mandato.

Hoje passou na CCJ um projeto, aquele que pega o dinheiro do DETRAN e repassa ao DER, R\$ 25 milhões. Se está sobrando dinheiro lá no DETRAN, não têm porque aumentar impostos nem taxas, já está sobrando dinheiro lá. Mas, o Governador não está entendendo assim, não. Ele quer aumentar, quer encarecer de alguma maneira o processo produtivo do Paraná. Pode até alegar: “Mas é imposto de quem tem carro.” É bom lembrar que quem tem carro, se pagar imposto vai deixar de gastar em outra coisa.

Por que o Governo não economiza mais na máquina? Não reduz os cargos de comissionados, a aplicação da publicidade como já foi apurado aqui nesta Casa? Aí, poderia não precisar aumentar impostos.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e obrigado pelo aparte.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Veja, Deputado Douglas Fabrício. Sabemos que em qualquer Governo existem problemas, muitos deles financeiros. Agora, não é o cidadão paranaense que tem que pagar por esses problemas.

Defendo que o Governo reveja essa mensagem, essa linha de raciocínio que está errado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Ribas, quero lhe cumprimentar pela

emenda que V. Exa. fez ao projeto de transferência dos recursos do DETRAN para o DER, porque V. Exa. na verdade, cutucou no âmago da questão. Tanto é que hoje, na Escola de Governo, foi citado que o Governo pretende entrar com uma ação de inconstitucionalidade em relação a alguns dispositivos do CONTRAN, que justamente reproduzem o que sua emenda trouxe para essa alternativa: que os recursos de taxas e de multas têm que ter uma destinação específica. E, na verdade, não é esse Governador, todos sempre fizeram. Nós, como legisladores, ou mudamos a lei ou então não temos mais razão de ficar aqui vendo passar tantas questões como essa de alteração, de remanejamento de verba.

Tive a informação, quando relatei a mensagem anterior, Deputado Ribas Carli, transferindo 6 milhões do DETRAN para o DER, que 90% dos recursos do DETRAN são oriundos de taxas e não poderia estar sobrando tanto dinheiro. Na verdade, essa nova mensagem que traz um aumento das taxas, deveria ser para diminuir, porque é muito dinheiro. E temos outras mensagens na Casa como o ITCMD e o IPVA.

Obrigado pelo aparte. Mais uma vez, parabéns.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Concordo veemente com V. Exa., Deputado Reni Pereira, no que diz respeito à diminuição das taxas. Se existe muito dinheiro sobrando, esse dinheiro deveria servir para atender, ajudar, subsidiar o cidadão paranaense e não o contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sras. e Srs. Deputados. O Sr. Presidente me permite dar um aparte ao Deputado Anibelli?

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

O Sr. Presidente me dá mais um minutinho?

(Assentimento)

Agradeço, Deputado Ribas Carli. Apenas quero corroborar com V. Exa. Dizer que o DETRAN tem uma ótima atuação, então economiza dinheiro e repassa para o DER para melhorar as nossas estradas. Estamos salvando vidas com a melhoria das estradas. V. Exas. têm que concordar.

Está lá embaixo com a TV Educativa, já estive lá, V. Exa. e o Deputado Douglas Fabrício poderiam descer e se solidarizar com a população paranaense em favor do pedágio: baixa ou reduz, porque a comparação da licitação do Governo Federal que a espanhola ganhou fazendo 100 quilômetros com R\$ 1, enquanto nós, para ir para Paranaguá, pagamos R\$ 10,90, sendo assaltados 24 horas por um Governo que implantou o pedágio!

Mas V. Exa. saiba que estarei ao seu lado aqui. Vou propor emendas reduzindo o IPVA e não tivemos aumento do imposto, não; quem aumentou foi o Governo do PSDB. A governadora Ieda Crucius, do Rio Grande do Sul, levou uma surra espetacular da Bancada da Oposição, por 34 a 0, quando tentou aumentar os impostos lá no Rio Grande do Sul!

Então, vamos negociar, o Governo não propôs nenhum aumento, o Governo deu luz de graça, água de graça, então estamos fazendo um Governo para a população mais carente. Somo-me a V. Exa. para tentar baixar o IPVA, pode contar comigo que eu mesmo irei propor emendas para reduzir o aumento do IPVA.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para que fique inserido nos Anais desta Casa de Leis o regozijo, as congratulações, os parabéns ao jornal O Estado do Paraná e ao jornal Tribuna do Paraná, merecidamente escolhidos como top de marketing.

São dois grande jornais, orgulho dos paranaenses e nesta oportunidade enviamos ao Dr. Paulo Pimentel, ex-Governador e proprietário dos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, os cumprimentos extensivos aos editores, aos jornalistas, a nossa querida colega Bety, que com tanto amor e competência cobre há tantos anos os trabalhos desta Casa de Leis.

Então, é um orgulho para todos nós, Srs. Presidente, poder ver dois grandes jornais consagrados com top de marketing: O Estado do Paraná e a Tribuna do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Obrigado, Sr. Presidente.

Uso esse espaço da liderança do Partido dos Trabalhadores para falar no Dia Nacional da Consciência Negra.

(Lê):

“Preservar a memória é uma das formas de construir a história. É pela disputa dessa memória, dessa história, que nos últimos 32 anos se comemora no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. Nessa data, em 1695, foi assassinado Zumbi, um dos últimos líderes do Quilombo dos Palmares, que se transformou em um grande líder da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade. Para o historiador Flávio Gomes, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a escolha do 20 de novembro foi muito mais do que simples oposição ao 13 de maio: os movimentos sociais escolheram essa data para mostrar o quanto o país está marcado por diferenças e discriminações raciais. Foi também uma luta pela visibilidade do problema. Isso não é pouca coisa, pois o tema do racismo sempre foi negado, dentro e fora do Brasil. Como se não existisse.

Construindo o ‘Dia da Consciência Negra’

Vinte de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra. A data - transformada em Dia Nacional da Consciência Negra pelo Movimento Negro Unificado em 1978 - não foi escolhida ao acaso, e sim como homenagem a Zumbi, líder máximo do Quilombo de Palmares e símbolo da resistência negra, assassinado em 20 de novembro de 1695.

O Quilombo dos Palmares foi fundado no ano de 1597, por cerca de 40 escravos foragidos de um engenho situado em terras pernambucanas. Em pouco tempo, a organização dos fundadores fez com que o quilombo se tornasse uma verdadeira cidade. Os negros que escapavam da lida e dos ferros não pensavam duas vezes: o destino era o tal quilombo cheio de palmeiras.

Com a chegada de mais pessoas, inclusive índios e brancos foragidos, formaram-se os mocambos, que funcionavam como vilas. O mocambo do macaco, localizado na Serra da Barriga, era a sede administrativa do povo quilombola. Um negro chamado Ganga Zumba foi o primeiro rei do Quilombo dos Palmares.

Alguns anos após a sua fundação, o Quilombo dos Palmares foi invadido por uma expedição bandeirante. Muitos habitantes, inclusive crianças, foram degolados. Um recém-nascido foi levado pelos invasores e entregue como presente a Antônio Melo, um Padre da vila de Recife.

O menino, batizado pelo Padre com o nome de Francisco, foi criado e educado pelo religioso, que lhe ensinou a ler e escrever, além de lhe dar noções de latim, e o iniciar no estudo da Bíblia. Aos 12 anos o menino era coroinha. Entretanto, a população local não aprovava a atitude do pároco, que criava o negrinho como filho, e não como servo.

Apesar do carinho que sentia pelo seu pai adotivo, Francisco não se conformava em ser tratado de forma diferente por causa de sua cor. E sofria muito vendo seus irmãos de raça sendo humilhados e mortos nos engenhos e praças públicas. Por isso, quando completou 15 anos, o franzino Francisco fugiu e foi em busca do seu lugar de origem, o Quilombo dos Palmares.

Após caminhar cerca de 132 quilômetros, o garoto chegou à Serra da Barriga. Como era de costume nos quilombos, recebeu uma família e um novo nome. Agora, Francisco era Zumbi. Com os conhecimentos repassados pelo Padre, Zumbi logo superou seus irmãos em inteligência e coragem. Aos 17 anos tornou-se General de Armas do quilombo, uma espécie de Ministro de Guerra nos dias de hoje.

Com a queda do Rei Ganga Zumba, morto após acreditar num pacto de paz com os senhores de engenho, Zumbi assumiu o posto de Rei e levou a luta pela liberdade até o final de seus dias. Com o extermínio do Quilombo dos Palmares pela expedição comandada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, em 1694, Zumbi fugiu junto a outros sobreviventes do massacre para a Serra de Dois Irmãos, então terra de Pernambuco.

Contudo, em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi traído por um de seus principais comandantes, Antônio Soares, que trocou sua liberdade pela revelação do esconderijo. Zumbi foi então torturado e capturado. Jorge Velho matou o Rei Zumbi e o decapitou, levando sua cabeça até a praça do Carmo, na cidade de Recife, onde ficou exposta por anos seguidos até sua completa decomposição.

“Deus da Guerra”, “Fantasma Imortal”, ou “Morto Vivo”. Seja qual for a tradução correta do nome Zumbi, o seu significado para a história do Brasil e para o movimento negro é praticamente unânime: Zumbi dos Palmares é o maior ícone da resistência negra ao escravismo e de sua luta por liberdade. Os anos foram passando, mas o sonho de Zumbi permanece e sua história é contada com orgulho pelos habitantes da região onde o negro-rei pregou a liberdade.”

Nossa sociedade avançou muito. Porém, persiste ainda em nosso meio resquícios fortes de discriminação e injustiça com o povo negro e mestiço, que é a maioria da nossa população.

Queria fazer esse pronunciamento em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Era isso, muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, comunicando a ausência do Líder do PT, Deputado Elton Welter, nesta semana, em virtude de viagem a Brasília, para audiência nos Ministérios da Educação e da Justiça e na FUNASA e ainda com Deputados Federais de nosso estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Proposta de emenda constitucional, de autoria do Deputado Elton Welter e da Deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; protocole-se; publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 366/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de imóvel ao município de Figueira, para a construção da Casa Familiar Rural. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 367/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi constante do expediente, sugerindo ao Srs. Secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento, a adaptação e implantação do Decreto nº 52096, de 28 de

agosto de 2007, exarado pelo Governo do Estado de São Paulo, e que regulamenta a Lei nº 12685, também de 28 de agosto de 2007. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 368/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente desta Casa de Leis, que envie Proposição ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, a promoção de Policial Militar e Cabo por tempo de serviço. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação dos Compositores do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniaçu - AMSG, com sede e foro no município de Guaraniaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 745/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores do Grupo Nova Esperança - APRONE, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 783/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/07, que altera a redação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº 15600, de 15 de agosto de 2007. (Imóvel). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação das Empresas de Moda Bebê de Terra Roxa - "APL - Moda Bebê", com sede e foro no município de Terra Roxa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/07, de 16/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 432/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de utilidade pública a Associação das Empresas de Moda Bebê de Terra Roxa - APL - Moda Bebê, com sede e foro no município de Terra Roxa, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 68994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 667/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi tem como objetivo dispor sobre o uso de vasilhames retornáveis utilizados no envasamento, industrialização de água mineral no estado do Paraná, revogando a Lei nº 15227 do ano de 2006.

Fundamentação

Inicialmente destaca-se que a legitimidade para legislar sobre a matéria abordada no projeto de lei, encontra-se devidamente expressa na Constituição Federal, conforme podemos analisar abaixo:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

(...)

Parágrafo Único. Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo. (grifos nossos)

Ainda nesse sentido a Constituição estabelece em seu artigo 24, inciso V:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

(grifo nosso)

Pode-se constatar, portanto, que se trata de matéria de competência concorrente da união e dos estados legislar sobre produção e consumo.

Quanto à legitimidade, se analisarmos o dispositivo da Constituição Estadual, mais especificamente o artigo 53, podemos constatar que não existe óbice algum quanto à iniciativa para legislar sobre a matéria. Vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal; (grifos nossos)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O presente projeto de lei, visa preservar os direitos do consumidor, bem como proteger o consumidor e a saúde dos cidadãos, pois visa garantir que o produto que esta sendo comercializado passe por um controle mais rígido e qualificado e portanto não possua nenhum vício quanto a sua fabricação, bem como, nenhum vício de qualidade, pois hoje em dia o que vemos é uma comercialização do produto sem um controle de qualidade e higiene.

Ressalta-se ainda, que o projeto de lei ora em comento, esta revogando a Lei nº 15227 de 2006, ou seja não havendo problema algum quanto a sua normal tramitação.

Quanto à elaboração e redação deste projeto ressaltamos que o referido projeto encontra-se em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98.

Finalmente, observa-se que foram propostas pelo Relator do projeto, Deputado Carlos Simões, duas emendas, uma modificativa e outra supressiva, a fim de aprimorar o texto do projeto de lei em análise. Acerca destas, igualmente, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice legal que impeça sua aprovação.

Conclusão

Diante do acima exposto, e pela constitucionalidade aferida, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 667/07, na forma das emendas apresentadas pelo Relator.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 667/07

Fica suprimido o inciso III, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 667/07.

III - os vasilhames devem ser transparentes, de modo a permitir a inspeção visual do conteúdo por parte do consumidor;

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 667/07

Fica alterado o *caput* do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 667/07, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Torna obrigatório aos estabelecimentos que envasem, industrializem e comercializem águas minerais e potáveis de mesa em vasilhames plásticos retornáveis, no âmbito do estado do Paraná, o cumprimento do disposto nesta lei observando o seguinte:

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 667/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 667/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que disciplina o uso de vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no estado.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/07, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/07, de 02/10/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 708/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem nº 046/07, objetiva abertura de crédito especial de R\$ 6.534.418,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o TECPAR, decorrentes de cancelamento de dotação da própria pasta.

A dotação orçamentária para cobertura de crédito solicitado é proveniente de cancelamento de dotação do próprio orçamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia, segundo informa o texto da mensagem e demonstra o Anexo VIII, que consta da proposta.

A providência cuja autorização foi solicitada não está albergada pela permissão de abertura de créditos adicionais de que trata a LDO - Lei nº 15226/06, artigo 37 e que foi detalhada na Lei Orçamentária nº 15339/06, artigo 13.

Necessária, portanto, autorização legislativa específica desta Casa pois trata-se de crédito especial para criação de duas novas atividades, não previstas no orçamento em execução.

A primeira atividade constará no orçamento do TECPAR, entidade vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, para aplicação de recursos, através do Fundo Paraná, em Ciência e Tecnologia.

E a segunda atividade será criada na unidade orçamentária do Fundo de Saúde, vinculado à Secretaria da Saúde, com aplicação de recursos, também através do Fundo Paraná, em Ciência e Tecnologia.

É o que consta na mensagem encaminhada pelo Sr. Governador.

Por solicitação deste Relator, foram prestadas informações quanto à aplicação dos recursos e, além de outras tantas pertinentes, o parecer da PGE nº 159/07, que foi favorável à transferência orçamentária desde que os recursos fossem aplicados exclusivamente, no financiamento de programas, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico e, por conseguinte, não em custeio ou manutenção da entidade.

Também consta, entre os documentos anexados, informação da Coordenação de Orçamento e Programação - COP/SEPL, favorável ao solicitado repetindo a mesma condicionante levantada pela PGE e recomendando ao ordenador da despesa e subscrição de compromisso quanto à destinação dos recursos. Tal compromisso está entre os documentos anexados.

Da análise procedida verificou-se a consonância da providência solicitada em face das constituições federal e estadual e da legislação, financeira e orçamentária. Não obstante, a ressalva relativa à aplicação dos recursos, levantada pela Procuradoria Geral do Estado, deverá estar expressa em dispositivo específico no texto da lei.

Para este fim deverá o projeto sofrer emenda aditiva.

No mais, o artigo 4º do projeto não obedece à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 095, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, justificando-se assim a supressão da expressão “revogadas as disposições e contrário”, para efeito de adequar o projeto de lei.

E, para esse fim deverá o projeto sofrer emenda modificativa.

Em razão de todo o exposto esta comissão manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei, na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 708/07

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 708/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 046/07, que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial de R\$ 6.534.418,00 ao orçamento da SETI/TECPAR, tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao artigo 1º da redação originalmente proposta, conforme redação a seguir:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. É vedada a utilização dos recursos de que trata esta lei com despesas de custeio ou de manutenção.”

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Apoiamento:

01 ilegível

JUSTIFICATIVA:

A vedação objeto desta emenda é resultado da ressalva levantada pela PGE e pela COP/SEPL, no que respeita à aplicação dos recursos cuja transferência orçamentária é solicitada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 708/07

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 708/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 046/07, que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial de R\$ 6.534.418,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o TECPAR, decorrentes de cancelamento de dotação da própria pasta, visa suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário” de seu artigo 4º conforme redação a seguir:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Apoiamento:

01 ilegível

JUSTIFICATIVA:

A supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 095, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 708/07

P A R E C E R :

De acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue.

Parecer

O presente projeto de lei pretende aprovar abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Cabe dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os aspectos legais e constitucionais relativos ao tema.

Na justificativa do projeto existe a menção da lei estadual nº 15339/06, que autoriza essa transferência. Prosseguindo, existe disposição expressa ao se dizer que os recursos se originam de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Forte nesse entendimento, em nosso entendimento inexistente óbice relacionado ao aspecto financeiro que possa obliterar o trâmite regimental da propositura. Isto porque os valores que se discutem já foram cancelados, ensejando assim a utilização dos mesmos em outros direcionamentos, como se faz pelo presente projeto.

Nenhuma espécie de impacto financeiro pode ser verificado, posto que o valor discutido já foi objeto de análise anteriormente. Como foi aprovado, está em condições de ser utilizado, ao passo que foi cancelado, reitera-se, pode ser realocado para outros fins, através da aquiescência desta Casa de Leis.

Apenas para que se reforce, não está a se desprestigiar nenhuma norma cogente em nosso sistema, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, correlata especificamente ao tema.

Por todo o exposto, nada resta que possa obstar o prosseguimento do presente projeto nesta Casa de Leis.

Face ao exposto é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 708/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 046/07, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil quatrocentos e dezoito reais), alterando o vigente orçamento da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.”

Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 3.534.418,00 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), será para abertura da atividade - 2843 “Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia - Fundo Paraná - TECPAR”, capacitar o TECPAR com instrumentos, ferramentas e serviços metodológicos para fortalecer a Área de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como conhecimentos ao grupo técnico para atuar nesse segmento. E os recursos de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para abertura da atividade - 2844. “Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia na Área da Saúde - Fundo Paraná - TECPAR”, recuperar e modernizar as atividades de produção de imunobiológicos e derivados de biologia molecular do TECPAR, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população.

Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes do cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme o anexo VIII.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

“Art. 135. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - PRÓ APL. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 128/07, de 10/10/07, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 727/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de Lei nº 727/07, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiar o Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no estado do Paraná - Pró API.

Fundamentação - Legitimidade

Nossa Constituição Estadual em seu artigo 87, XX, normatiza que:

CE Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

...

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIV - enviar à Assembléia Legislativa o Plano Plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

...

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;

Também veda, em seu artigo 135, a abertura de crédito sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes e a vinculação de receita de impostos, vejamos:

CE Art. 135. São vedados:

...

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesas, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, parágrafo 8º, bem assim como o disposto no parágrafo 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

No mesmo sentido a Constituição Federal veda a abertura de crédito e a vinculação de receita, exceto quando é feita para a prestação de garantia ou contragarantia à união para pagamento de débitos com a mesma, vejamos:

CF Art. 167. São vedados:

...

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos artigos 198, parágrafo 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, parágrafo 8º, bem como o disposto no parágrafo 4º deste artigo;

...

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

...

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os artigos 155 e 156, e dos recursos de que tratam os artigos 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à união e para pagamento de débitos para com essa.

Com o projeto de lei em análise o Chefe do Executivo visa justamente iniciar o processo legislativo com o objetivo de obter autorização legislativa para abertura de crédito para financiar um Programa de Governo. Além disso, a vinculação de que trata o artigo 2º do presente projeto se trata justamente de uma contrapartida garantida pelo parágrafo 4º do artigo constitucional supracitado, e, portanto, encontra respaldo na Constituição Federal.

Devemos ainda observar que a Lei Federal nº 4320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, vejamos.

Lei 4320/64

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificada.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos.

...

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

O presente projeto de lei está perfeitamente de acordo com referida lei, uma vez que visa uma autorização para contratar uma operação de crédito e indica a importância da obtenção do valor pretendido.

O projeto em tela ao determinar em seu artigo 5º que serão “revogadas as disposições em contrário”, encontra óbice na Lei Complementar Federal 095/98, pois esta estabelece que a cláusula de revogação deverá enumerar expressamente as disposições revogadas, vejamos:

Lei Complementar 095/98

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim sendo, é necessária a adoção de emenda supressiva para que se retire o caráter ilegal apresentado pelo projeto de lei.

Conclusão

Em razão do exposto, apresentamos a emenda supressiva para sanar a ilegalidade apresentada pelo projeto de lei ora analisado. Com a adoção de referida emenda o mesmo pode ser aprovado, tendo em vista a clara constitucionalidade.

Nosso parecer é pela aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 727/07

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 1º e 141, II, fica suprimida a parte da redação do artigo 5º do Projeto de Lei nº 727/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoioamento:

01 ilegível.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 727/07

P A R E C E R :

O Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei nº 727/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos no Estado do Paraná - Pró APL.

Considerando, que este é o primeiro programa voltado para o desenvolvimento de arranjos produtivos, no Brasil, cuja participação financeira da iniciativa privada foi aceita pelo BID;

Considerando, que o Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná - PRÓ-APL, se define como principal intervenção da melhoria de competitividade das micros, pequenas e médias empresas, nas áreas de meio-ambiente e desenvolvimento social; fortalecimento das governanças locais; gestão e administração dos APLs; capacitação e assessoria empresarial; tecnologia industrial básica e inovação tecnológica e empresarial; comercialização, prospecção de mercados e exportações; e a preparação dos planos de melhorias de competitividade;

Considerando, que essa operação de crédito está prevista no Termo de Entendimento Técnico celebrado entre o Governo Estadual e a Secretaria de Tesouro Nacional (STN), constando do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período de 2006 a 2008, como complemento ao Contrato de Renegociação da Dívida do Estado com a União;

E, finalmente, considerando que a União participará através do SEBRAE-PR, com o valor de US\$ 2.835.000,00 e outro valor idêntico, será a participação da iniciativa privada através do Sistema FIEP, sendo o valor total do programa US\$ 16.670.000,00;

E, visto que, a CE, no seu artigo 87, diz que *Compete privativamente ao Governador, IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição e XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;*

Considerando que não vemos qualquer óbice que possa impedir o prosseguimento do presente projeto de lei, somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para fazer aqui alguns questionamentos ao Líder do Governo com relação a este projeto de solicitação de autorização desta Casa, para contratação de empréstimo junto ao BID.

Entendimento que o projeto é realmente de um alcance social, até porque já fizemos algumas consultas à Federação das Indústrias. Conhecedor profundo que sou da questão das APLs, até porque já tive a oportunidade de participar como empresário de recursos dessa natureza. A dúvida que levanto e, talvez, o Líder do Governo possa me informar, é que não está muito claro na mensagem governamental para onde esses recursos serão investidos. Temos conhecimento da existência de 22 APLs no estado do Paraná. Pelas informações que levantamos, apenas 9 serão contempladas, mas o projeto do Governo também não informa quais serão as 9 APLs contempladas com esses recursos.

Por esta razão, gostaríamos de questionar o Líder do Governo para que nos dê as informações necessárias. Quais foram os critérios adotados para a contemplação de apenas 9 APLs no estado? Que valores serão destinados? Quais as regiões que serão beneficiadas? Quais os segmentos de APLs que serão beneficiadas com esses recursos?

Esse é o nosso questionamento para que não paire nenhuma dúvida. Não queremos questionar em colocar em dúvida o teor do projeto, até porque entendemos ser interessante. É uma parceria com o SEBRAE - Federação das Indústrias. Considero ser importante e fundamental para o desenvolvimento das regiões, das microrregiões do estado, em diversos segmentos, quer seja na área têxtil, na área de fábrica de móveis, enfim, nos diversos segmentos produtivos do estado. Mas, gostaria de obter essas informações: quais foram os critérios adotados para escolher as 9 APLs? Não está bem clara aqui no projeto do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Efetivamente estamos discutindo o projeto que pretende obter recursos que somarão naturalmente aos recursos orçamentários para poder promover os arranjos produtivos locais nessa parceria com a FIEP e o SEBRAE.

Em relação aos questionamentos do nobre Líder do PSDB, da Liderança da Oposição, tenho a dizer o seguinte: o projeto, estamos votando a constitucionalidade do projeto. Mas me comprometo aqui, pela Liderança do Governo, a buscar essas informações e enquanto V. Exa. falava eu solicitei à minha assessoria que buscasse as notas taquigráficas dos seus questionamentos. E na votação de 2ª discussão do mérito estaremos aqui apresentando quais serão as APLs beneficiadas e quais são os critérios objetivos que foram adotados para poder estabelecer e elencar, sabendo que temos o próprio corpo da mensagem que diz que temos identificado pelo IPARDES 114 arranjos produtivos locais no nosso estado.

Efetivamente tem que estar bem fundamentado onde serão aplicados estes recursos. Me comprometo com V. Exa. que na 2ª discussão, se for incluído amanhã, trataremos até amanhã as informações requeridas pelo nobre Deputado Ademar Traiano.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Para Encaminhar)**

Esse crédito que estamos autorizando o Poder Executivo a contratar de US\$ 10 milhões norte-americanos, junto ao Banco Interamericano. Lendo o projeto, vi aqui a parceria do SEBRAE, da FIEP, que são entidades sérias, só relatar que vou votar a favor desse projeto, mas o nobre Líder do Governo, também tenho essas dúvidas, que no projeto não está claro onde será investido esse dinheiro. Fala aqui em 9 regiões, fala que o IPARDES que selecionou, mas não tem claro quais são os projetos que esse dinheiro vai beneficiar, quais benefícios, quais setores e que tipo de desenvolvimento, em termos de geração de renda, emprego, vai estar trazendo para nosso estado do Paraná.

Mas relatar que vamos votar a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto. Deputados que aprovam. **Aprovado!**

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Pela Ordem)**

Apenas para tornar público a esta Casa a ausência do nosso Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que não se faz presente no dia de hoje, em função do falecimento da avó da sua esposa.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Pela Ordem)**

Aproveitar para justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que se encontra na região sudoeste acompanhando uma equipe do Governo Federal que está avaliando a implantação de *campus* universitário na região.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação Sagrada Família, com sede e foro no município de Arapongas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 135/07, de 23/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 749/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, declara de utilidade pública a Associação Sagrada Família, com sede e foro no município de Arapongas, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 774/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 774/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, doravante denominado Obra Unida, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, o Lar São Vicente de Paulo é doravante denominado Obra Unida, o município de Marilândia do Sul não acompanha a denominação. Portanto, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, sugere-se a emenda supressiva em anexo, a fim de adequar o projeto de lei ao Estatuto Social da Associação que se pretende declarar de utilidade pública.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 774/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obras Unida, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3402 e 3403, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos, Sr. Presidente, pela importância dos requerimentos, encaminhamos favoravelmente os requerimentos do Deputado Geraldo Cartário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3409, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3416 e 3417, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3422, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3433, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3434, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3445, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 3436, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3437, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3438, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3440, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3441 a 3443, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos a presente Sessão, lembramos que por proposição da Deputada Luciana Rafagnin, amanhã, das 9h às 12h, Audiência Pública a respeito da Casa Familiar Rural.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 626 e 767/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 424 e 700/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 432, 667, 708, 727, 749 e 774/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 334, 425, 608 e 697/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Ato

ATO DO PRESIDENTE Nº 017/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34 do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Caíto Quintana, Francisco Bühner, Pedro Ivo, Plauto Miró e Ney Leprevost, para opinar sobre a Proposição nº 092/07, de autoria de Luiz Eduardo Cheida, que acresce parágrafo e inciso ao artigo 207, da Constituição do Estado, garantindo a preservação integral da Serra do Mar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.11.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

